

CERTIDÃO
LIVRO:5917
FOLHAS:031
ATO N°.16

ESCRITURA PÚBLICA DA 3ª EMISSÃO, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM
GARANTIA REAL, DE HOPI HARI S.A., na

forma abaixo:

S A I B A M quantos este público instrumento bastante virem que aos dois (02) dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove (2009), nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do **24º SERVIÇO NOTARIAL**, sito na Avenida Almirante Barroso nº 139, Loja C e Gr. 503, perante mim, **WAGNER DE SOUZA NUNES**, Escrevente Autorizado, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: **HOPI HARI S.A.**, companhia aberta, com sede na Estrada Municipal Vinhedo/Itupeva, nº 7.001, Bairro do Moinho, Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.924.432/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (adiante denominada "Emissora"), neste ato representada por Diretor Vice Presidente **CLAUDIO LUIS PINHEIRO GUIMARÃES**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 19643834 do IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 092.216.508-47, residente e domiciliado na Alameda dos Aguais nº 294 lote 53 quadra A - Vinhedo - SP; **ROBERVAL ANTONIO ZUCCOLI**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 15890904 do SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 048.553.528-96, residente e domiciliado na Rua Oracio Soares de Oliveira nº 550 casa 20 - Jundiaí - SP, conforme procuração lavrada no 1º RCPM de Jundiaí - SP, no Livro 018 folhas 119 em 02 de Março de 2009, que fica arquivada nestas notas; **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade limitada com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º/10º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante denominada "Agente Fiduciário"), e representando a comunhão dos debenturistas (adiante denominados "Debenturistas") adquirentes das debêntures desta 3ª Emissão de debêntures da Emissora ("Debêntures"). Neste ato representada por seu sócio-diretor **PEDRO SYLVIO WEIL**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da carteira de identidade da SSP/SP nº 2.814.011 de 29/03/1984, inscrito no CPF/MF sob o nº 039.696.658-68, e seu procurador **FELIPE COIMBRA ALOI ANDRE**, brasileiro, solteiro, maior, advogado, portador da

cateira de identidade da SSP/SP n 28.132.948-5, inscrito no CPF/MF sob o n 297.667.318-70, conforme procuração lavrada 15 Ofício de Notas de São Paulo no Livro 1872 folhas 253 em 06 de Março de 2008, que fica arquivada nestas notas, no ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo na Rua Dr. Renato Paes de Barros 717/ 6 andar- São Paulo. Os presentes reconhecidos por mim, face aos documentos acima apresentados, bem como de que da presente farei enviar nota ao competente Ofício de Distribuição, no prazo e na forma da lei. Então, pelas partes acima nomeadas e qualificadas, me foi dito que vêm, por este, celebrar a presente "Escritura Pública da 3ª Emissão, para Distribuição Pública, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, da Hopi Hari S.A." (adiante denominada, respectivamente, "Escritura", "Emissão" e "Debêntures"), mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO.** 1.1.) A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação dos acionistas da Emissora reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 06 de março de 2009 ("AGE"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), precedida por Reunião do Conselho de Administração, realizada em 03 de março de 2009 ("RCA"), conforme o Estatuto Social. **CLÁUSULA SEGUNDA - REQUISITOS.** 2.1.) A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos: 2.1.1.) **Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").** A Emissão das Debêntures será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes. 2.1.2.) **Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e RCA.** As atas da AGE e da RCA que deliberaram sobre a Emissão serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio de São Paulo. 2.1.3.) **Registro da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo.** A presente Escritura de Emissão será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76. 2.1.4.) **Registro para negociação e distribuição.** As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP. 2.1.5.) **Registro na Associação Nacional dos Bancos**



de Investimento ("ANBID"). A oferta das Debêntures será registrada na ANBID, nos termos da Instrução CVM 471.

CLÁUSULA TERCEIRA - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES.

3.1.) Objeto Social da Emissora.

3.1.1.) De acordo com o seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto (i) a exploração de parques de diversões, centros de recreação, boliches e ramo de diversões públicas em todas as suas modalidades, áreas de lazer em geral e estacionamento de veículos na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo; (ii) locação de bens móveis aplicados aos fins referidos no item (i) retro; (iii) participação e desenvolvimento inerentes às atividades referidas no item (i) supra no tocante a marketing, propaganda, publicidade, participação na mídia e outras atividades similares; (iv) comércio, importação e exportação de equipamentos aplicados às atividades referidas no item (i) supra; e (v) a compra, a venda, assim como a importação e exportação de produtos de perfumaria, cosméticos e artigos de toucador, produtos para curativos e higiênicos; metais e seus artefatos; ferragens, ferramentas e artigos de cutelaria; artigos, instrumentos e aparelhos elétricos, eletrônicos e eletrodomésticos; produtos agrícolas de silvicultura, horticultura e floricultura; publicações em geral; guarda-chuvas, bengalas, tendas, metais e pedras preciosas e semi-preciosas e seus artigos; instrumentos musicais; papéis; impressos e artigos de papelaria, borracha e materiais de plásticos, couros, peles e seus artefatos; móveis, artigos para limpeza e utensílios para casa e cozinha; alimentos para animais; produtos pecuários; tecidos e roupas de cama, mesa e banho; roupas e acessórios do vestuário, inclusive descartáveis; miudezas de armarinho e artigos têxteis; tapeçaria e cortinados; brinquedos; jogos e materiais para esporte; produtos alimentícios em geral; laticínios; fumos e artigos para fumantes; bebidas em geral; serviços de transportes, publicidade e propaganda; ensino e diversão, vinculados à atividade da Companhia; (vi) exploração do fornecimento de lanchonetes, churrascarias, pizzarias, docerias, rotisserias e confeitarias; (vii) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; e (viii) produção e veiculação de atividades artísticas e culturais. **3.2.) Número da Emissão.** A presente Escritura de Emissão constitui a 3ª (terceira) emissão de Debêntures da Emissora. **3.3.) Quantidade de Debêntures e Número de Séries.** Serão emitidas até 25.380 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta) Debêntures, em série única. **3.4.) Valor Total da Emissão.** O valor total da presente Emissão é de até R\$ 11.942.105,00 (onze milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e cinco reais) na Data de

Emissão (conforme abaixo definido). **3.5.) Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$ 470,532112 ("Valor Nominal Unitário"). **3.6.) Forma e Tipo.** As Debêntures serão nominativas, escriturais. **3.7.) Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. **3.8.) Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real. **3.9.) Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 06 de março de 2009 ("Data de Emissão"). **3.10.) Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de 15 (quinze) anos, a contar da data que ocorrer a primeira subscrição ("Data de Subscrição e Integralização das Debêntures"). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder à liquidação total das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), na forma do item 3.18 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento da Remuneração. **3.11.) Colocação e Procedimento da Distribuição.** As Debêntures serão distribuídas exclusivamente para atuais detentores de debêntures de 1ª emissão da Emissora. Desta forma, não haverá esforço de venda das Debêntures, nem sua colocação junto ao mercado. As Debêntures terão prazo de distribuição de até 90 (noventa) dias contados do seu registro, para distribuição pública, na Comissão de Valores Mobiliários, sendo que, após esse prazo, as debêntures emitidas e não subscritas serão automaticamente canceladas pela Companhia. **3.12.) Negociação.** As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário através do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP. **3.13.) Certificados de Debêntures.** A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, o extrato fornecido pelo Agente Escriturador (conforme abaixo definido) servirá como comprovante de titularidade das Debêntures. Adicionalmente, para as debêntures custodiadas na Cetip será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Extrato em nome do Debenturista". **3.14.) Banco Mandatário e Agente Escriturador.** O Banco Mandatário e Agente Escriturador será o BANCO BRADESCO S/A ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador") instituição financeira, com sede na Avenida Yara, s/n - Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º andar, CEP: 06029-900 - Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12. **3.15.) Forma de Integralização.** **3.15.1.)** As Debêntures serão subscritas e integralizadas por debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª Emissão da Companhia, cujos titulares, desde que



observadas determinadas condições previstas no Acordo de Investimento, aceitaram e efetivamente compensaram parte de suas Debêntures com as perdas contábeis da Companhia ("Debêntures de Primeira Emissão"), operando-se tal subscrição e integralização pelos respectivos valores nominais das Debêntures e das Debêntures de Primeira Emissão, na proporção de um Debênture de Primeira Emissão, independentemente da sua série, para cada Debênture.

3.15.2.) As Debêntures desta Emissão deverão ser subscritas e integralizadas pelos titulares das Debêntures de Primeira Emissão até o fim do prazo de colocação previsto no item 3.11.

3.16) Prorrogação de Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.17.) Atualização do Valor Nominal: O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do INPC, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a partir da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

3.17.1.) O valor nominal das debêntures será atualizado pela seguinte fórmula: $VNa = VNe \times C$ onde: VNA: valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; VNE: valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; C: fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma: onde: n: número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro; NIK : valor do último INPC divulgado ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização; $n = NIK - NIK-1 = \text{dup} = \text{valor do número-índice do mês anterior ao mês "k"}$ número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dup" um número inteiro.

3.17.2.) A aplicação do INPC incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

3.17.3.) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em

questão. **3.17.4.)** No caso de indisponibilidade temporária do INPC quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos debenturistas. **3.17.5.)** Na ausência de apuração e/ou divulgação do INPC por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o INPC deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do INPC, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no item anterior, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, o último número-índice divulgado. **3.17.6.)** Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das debêntures em circulação, o índice IPCA passará a ser utilizado. **3.17.7.)** Durante o prazo de amortização das debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta definida pelos debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. **3.18.) Amortização do Valor Nominal. 3.18.1.)** O valor nominal atualizado das debêntures será amortizado em 13 (treze) parcelas anuais e consecutivas, coincidentes ao mesmo dia e mês da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido no quarto ano a contar da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, conforme a tabela abaixo:

ANO	PARCELA	% AMORTIZAÇÃO
2009		0%
2010		0%
2011		0%
2012	1	2%
2013	2	2%
2014	3	2%
2015	4	4%



2016	5	4%
2017	6	4%
2018	7	4%
2019	8	8%
2020	9	8%
2021	10	8%
2022	11	19,33%
2023	12	19,33%
2024	13	Residual

3.18.2.) O cálculo da amortização obedecerá à seguinte fórmula: $AMT = VNa \times (TAXAi / 100)$ onde: **AMT**: valor unitário da amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; **VNa**: saldo do valor nominal atualizado, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; **taxai**: taxa da i-ésima parcela de amortização, na forma percentual informada com 4 (quatro) casas decimais. **3.18.3.)** O valor nominal unitário após o pagamento será apurado conforme a seguinte fórmula: $VNr = VNa - AMT$ onde: **VNr**: valor nominal unitário após a amortização calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; **VNa**: conforme definido anteriormente; **AMT**: conforme definido anteriormente. **3.18.4.)** Notas de Cálculo. Após o pagamento da amortização, **VNr** assume o lugar de Saldo do Valor Nominal para efeito de continuidade de cálculo. **3.19.) Juros: 3.19.1.)** As debêntures renderão juros de 2% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, atualizado conforme o item 3.17.1. da cláusula 3.17. a partir da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, e pagos ao final de cada Período de Capitalização conforme definido em Tabela, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis. **3.19.2.)** O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula: $J = VNa \times (FatorJuros - 1)$ onde: **J**: valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; **VNa**: valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; **Fator Juros**: fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: onde: taxa taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais; **n** número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro; **DP** número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro; **DT** número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT"

um número inteiro. **3.19.3) Pagamento dos Juros:** Os juros capitalizados das debêntures serão pagos em 13 (treze) parcelas anuais e consecutivas, coincidentes ao mesmo dia e mês da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido no quarto ano a contar da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, conforme a tabela abaixo:

ANO	PARCELA	PAGAMENTO
2009		0%
2010		0%
2011		0%
2012	1	2%
2013	2	2%
2014	3	2%
2015	4	4%
2016	5	4%
2017	6	4%
2018	7	4%
2019	8	8%
2020	9	8%
2021	10	8%
2022	11	19,33%
2023	12	19,33%
2024	13	Residual

3.19.3.1.) O percentual da tabela acima se aplicará sobre o saldo de juros capitalizados no período, e devido às Debêntures. O cálculo do pagamento de Juros obedecerá à seguinte fórmula: $AMT = J\acute{A} \times (TAXAi/100)$ onde: AMT: valor unitário do pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; J \acute{a} : saldo do Juros atualizado, calculado/informado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; Taxa i: taxa da i-ésima parcela de amortização, na forma percentual informada com 4 (quatro) casas decimais. O saldo de Juros unitário (Jr) após o pagamento (AMT) será apurado conforme a seguinte fórmula:

$Jr = Ja - AMT$ onde: Jr: Juros unitário após o pagamento calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; J \acute{a} : conforme definido anteriormente; AMT : conforme definido anteriormente.

3.19.4.) Notas de Cálculo: Após o pagamento, Jr assume o lugar de Saldo do Juros para efeito de continuidade de cálculo.

3.20.) Pagamentos e Encargos Moratórios.

3.20.1.) Local de Pagamento: Os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que, para os Debenturistas que não estiverem vinculados ao



referido sistema, os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures serão efetuados por intermédio do Banco Mandatário e Escriturador. **3.20.2.) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, o débito em atraso ficará sujeito à multa convencional, irredutível e não compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor devido, acrescido de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, além das despesas incorridas para cobrança, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **3.21.) Da Garantia. 3.21.1.)** As Debêntures serão da espécie com garantia real consubstanciada na hipoteca constituída em 2º grau, em favor do Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures, do imóvel constituído pelo terreno localizado na Estrada Municipal Vinhedo/Itupeva, nº 7001, Bairro do Moinho, na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí sob o nº 66.670 correspondendo a uma área de terras, constituída das Glebas PC1 e PC2, situada no Bairro do Rio Abaixo, no município de Vinhedo, desta comarca, com área de seiscentos setenta mil, um metro e doze centímetros quadrados (670.001,12m2) que assim se descreve: tem início esta descrição no ponto F-14, situado na divisa da Estrada Marginal a Rodovia dos Bandeirantes que liga o dispositivo de retorno desta rodovia ao Shopping Serra Azul e o imóvel de propriedade de Serra Azul Water Park S.A., sendo que deste ponto confronta com a gleba "2" com os seguintes rumos e distância F14-A1, 10° 44' 16" NW e vinte e seis metros e sessenta e oito centímetros (26,68 ms), A1-A2 com 18° 59' 48" NW e cento e sessenta e nove metros (169,00 ms), A2-A3, com 53° 53' 02" NW e setenta e sete metros e quarenta centímetros (77,40 ms), A3-A4 com 49° 37' 00" NW e trinta e oito metros e cinquenta e sete centímetros (38,57 ms), A4-A5 com 39° 07' 56" NW e vinte e dois metros e quarenta e um centímetros (22,41 ms), A5-A6 com 25° 58' 18" NW e vinte e seis metros e oitenta e oito centímetros (26,88 ms), A6-A7 com 19° 18' 21" NW e cento e cinquenta e oito metros e oitenta centímetros (158,80 ms), A7-A8 com 16° 54' 28" NW e quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros (43,48 ms), A8-A9 com 15° 11' 48" NW e vinte e oito metros e setenta e seis centímetros (28,76 ms), A9-A10 com 12° 19' 30" NW e trinta e um metros e quarenta e sete centímetros (31,47 ms), A10-A11 com 9° 26' 52" NW e dezenove metros e doze centímetros (19,12 ms), A11-A12 com 8° 39' 17" NW e quarenta e sete metros e setenta e sete centímetros (47,77 ms), A12-A13 com 7° 37' 20" NW e quarenta metros e vinte e sete centímetros (40,27 ms),

A13-A14 com 21° 25' 22" NW e catorze metros e catorze centímetros (14,14 ms), A14-A15 com 17° 27' 34" NW e cinco metros e vinte nove centímetros (5,29 ms), A15-A16 com 38° 43' 02" NE e vinte nove metros e noventa e oito centímetros (29,98 ms), A16-A17 com 54° 03' 10" NE e vinte e três metros e setenta e cinco centímetros (23,75 ms), A17-A18 com 47° 11' 59" e cinquenta e sete metros e trinta e cinco centímetros (57,35 ms), A18-A19 com 30° 52' 03" NE e trinta e cinco metros e quarenta e seis centímetros (35,46 ms), e A19-4 com 62° 43' 13" SE e quatrocentos e sessenta e três metros e cinco centímetros (463,05 ms); deste ponto até o ponto 18 segue confrontando com a propriedade de Jacob Federman & Rosaldo Malucelli com os seguintes rumos e distâncias: 4-5 com 32° 42' 25" SE e cento e setenta e nove metros e vinte e quatro centímetros (179,24 ms), 5-6 com 83° 28' 49" NE e cento e cinco metros e sessenta e oito centímetros (105,68 ms), 6-7 com 89° 23' 49" NE e noventa e cinco metros (95,00 ms), 7-8 com 80° 48' 12" SE e cento e seis metros e trinta e sete centímetros (106,37 ms), 8-9 com 63° 07' 34" SE e cento e sessenta e cinco metros e noventa e dois centímetros (165,92 ms), 9-10 com 37° 00' 39" e duzentos e cinquenta e três metros e vinte centímetros (253,20 ms), 10-11 com 43° 24' 06" SW e duzentos e vinte e seis metros e trinta e dois centímetros (226,32 ms), 11-12 com 26° 11' 44" SW e duzentos e vinte e seis metros e setenta e oito centímetros (226,78 ms), 12-13 com 81° 23' 21" SW e trinta e dois metros e trinta e sete centímetros (32,37 ms), 13-14 com 80° 35' 34" SW e vinte e nove metros e setenta centímetros (29,70 ms), 14-15 com 60° 29' 42" SW e vinte e seis metros e quarenta e nove centímetros (26,49 ms), 15-16 com 45° 16' 26" SW e vinte e sete metros e sessenta centímetros (27,60 ms), 16-17 com 37° 52' 21" SW e vinte e dois metros e trinta e seis centímetros (22,36 ms), 17-18 com 7° 18' 58" SW e vinte e quatro metros e vinte e seis centímetros (24,26 ms); deste ponto até o 20 segue confrontando com a Gleba C de propriedade de Terras de São José Empreendimentos Turísticos Ltda. com os seguintes rumos e distâncias: 18-19 com 32° 30' 00" NW e cem metros (100,00 ms), 19-20 com 1° 00' 00" SW e cento e setenta e oito metros e oitenta e oito centímetros (178,88 ms); deste ponto até o ponto F18 segue confrontando com a Gleba E de propriedade de Jacob Federman & Rosaldo Malucelli com os seguintes rumos e distâncias: 20-21 com 75° 21' 28" NW e cento e noventa e cinco metros e cinquenta centímetros (195,5 ms), 21-22 com 37° 47' 14" NE e cento e seis metros e catorze centímetros (106,14 ms), 22-23 com 17° 21' 14" NW e cento e trinta e quatro metros e dez centímetros (134,10 ms), 23-F18 com 28° 46' 32" NW e sessenta e seis metros e quarenta e três centímetros (66,43 ms); deste ponto até o ponto F14, ponto inicial desta descrição, segue confrontando com a propriedade Serra Azul Water Park S.A., com os seguintes rumos e



distâncias: F18-F17 em curva a esquerda com o desenvolvimento de vinte e um metros e sessenta e cinco centímetros (21,65 ms) e raio de vinte e seis metros (26,00 ms), F17-F16 com 89° 02' 00" SW e quarenta e dois metros e seis centímetros (42,06 ms), F16-F15 com 57° 29' 51" NW e cento e cinquenta metros e trinta e oito centímetros (150,38 ms), F15-F14 com 87° 49' 34" NW e cento e vinte e três metros e sessenta e um centímetros (123,61 ms), encerrando assim o perímetro dessa descrição, uma área de seiscentos e setenta mil, um metro e doze centímetros (670.001,12 m² avaliada em R\$ 73.651.000,00, nos termos do laudo de avaliação datado de 30 de Setembro de 2008 e elaborado por Apsis Consultoria Empresarial S/C Ltda.

3.21.2) A garantia hipotecária ora constituída inclui: (i) todas as benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias efetuadas no referido imóvel, não cabendo qualquer espécie de indenização ao proprietário acerca de tais acréscimos; e (ii) todos os acréscimos territoriais em tal imóvel, sejam estes provenientes de fenômenos da natureza, servidões ou concessões (sendo o imóvel em conjunto com tais direitos definidos como ("Imóvel").

3.21.3) O Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da Emissora, poderá executar a garantia mencionada no item 3.24.1. acima.

3.21.1) A Emissora declara, neste ato, para os devidos fins, que com exceção da hipoteca de 1º grau constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para garantia da dívida consolidada em R\$ 134.204.265,11, base 31 de dezembro de 2008, com origem no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 96.2.428.1.1, bem como dos demais ônus e gravames averbados na matrícula referenciada no item 3.24 desta Cláusula, o Imóvel encontra-se livre e desembaraçado de qualquer ônus, dívida, imposto territorial e outros gravames de qualquer natureza.

3.22. Publicidade e Notificações.

3.22.1.) Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil.

3.22.2.) Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços: (i) Para o Agente Fiduciário: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. Tel. (011) 3048-9763; Fax: (011) 3048-9888; At.: Felipe Coimbra André; e-mail: felipe@slw.com.br; (ii) Para a Emissora: HOPI HARI S.A. Tel.: (019) 3836-9007, Fax: (019) 3836-9073 At. Sr. Armando Pereira Filho. (iii) Para o Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. Tel.: (011) 3684-4522, Fax: (011) 3684-5645 At. Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli; (iv) Para a CETIP: CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos que

operacionaliza o SND - Módulo Nacional de Debêntures, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, Centro - 01009-000 São Paulo / SP, Telefone: (11) 3111-1596, Fac-símile: (11) 3115-1664. **3.22.3.)** Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via correio eletrônico ("e-mail") ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. **3.22.4.)** Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 48 (quarenta e oito) horas após o envio da mensagem. **3.23.) Imunidade de Debenturistas.** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária. Não é obrigatório **3.24.) Compensação de Perdas:** Em 10 de fevereiro de 2009, os Debenturistas celebraram Acordo de Investimento ("Acordo de Investimento") pelo qual transferiram o controle acionário da Companhia para HH II PT S.A. ("HH II PT S.A."). Nos termos do Acordo de Investimento, os Debenturistas assumiram a obrigação de indenizar a HH II PT S.A., e/ou a Companhia por quaisquer Perdas em que as mesmas incorram. Dessa maneira, o valor da Perda será descontado do Crédito Compensável observando-se o previsto na Cláusula VIII do Acordo de Investimento. **3.25.) Regime de Colocação:** As Debêntures serão colocadas sob o regime de melhores esforços. **CLÁUSULA QUARTA - DEMAIS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.** **4.1.) Aquisição Facultativa das Debêntures.** **4.1.1.)** A Emissora poderá adquirir Debêntures, da presente Emissão, em circulação, a qualquer tempo, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, §2º da Lei nº 6.404/76. **4.1.2.)** As Debêntures que vierem a ser adquiridas pela Emissora, nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou ser recolocadas no mercado. **4.2.) Vencimento Antecipado.** **4.2.1.)** Exceto na hipótese da cláusula 4.2.2., o Agente Fiduciário poderá declarar



antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente as Debêntures na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, que a Emissora reconhece, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência, com exceção de contratos ou obrigações com fornecedores; (ii) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão não sanada no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de recebimento do aviso escrito enviado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da sua ocorrência, pelo Agente Fiduciário para a Emissora; (iii) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante global igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em razão de inadimplemento(s) contratual(is), ou seja, em razão da falta de prestação(ões) devida(s), ou de descumprimento(s), voluntário ou não, de obrigação(ões), pela Emissora, que implique o vencimento antecipado de qualquer dívida, ou de dívidas em conjunto, em montante global igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com exceção de contratos ou obrigações com fornecedores; (iv) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; (v) sentença prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão; (vi) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora; (vii) pagamento de dividendos acima dos obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, se em mora relativamente ao pagamento dos valores referentes às Debêntures; (viii) caso o Imóvel venha a ser de qualquer forma penhorado ou excutido; (ix) o vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Emissão; e (x) Troca de Controle.4.2.2.) Na hipótese do Agente Fiduciário requerer o vencimento antecipado listada no item (x), os debenturistas receberão o Valor Nominal de cada debênture, atualizado, trazido a valor presente, que será calculado usando o fluxo financeiro dos pagamentos aos debenturistas no curso do tempo até o seu vencimento, descontados usando como taxa a remuneração contida na Nota do Tesouro Nacional série B com prazo mais próximo ao período de tempo até o vencimento das debêntures, acrescida de uma sobretaxa de 2% a.a.. Para efeito deste cálculo, a Taxa INPC deve ser considerada igual

ao IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, implícito na Nota do Tesouro Nacional série B. **4.3.) Amortização Antecipada Facultativa. 4.3.1.)** A Emissora reserva-se o direito de promover amortizações antecipadas facultativas sobre o valor nominal unitário de cada debênture, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data da efetiva Compensação de Perdas, como definidas nas Cláusulas 4.3.3 e 3.24, de acordo com o procedimento abaixo. **4.3.2.)** A realização da amortização antecipada facultativa está obrigatoriamente condicionada a prévia notificação realizada pela Emissora ao Agente Fiduciário e a CETIP S.A. A notificação deve conter: (i) o pedido de amortização, (ii) valores a serem compensados, (iii) documentos comprobatórios da Perda e (iv) documentos que comprovam que os procedimentos de notificação e, se for o caso, defesa, detalhados na Cláusula VIII do Acordo de Investimento foram devidamente respeitados. **4.3.3.)** Dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, estará obrigado a proceder a amortização antecipada total ou parcial do débito das Debêntures apurado de acordo com as disposições desta Escritura. **4.4.) Resgate Antecipado Facultativo: Não haverá.** **4.5.) Repactuação: Não haverá.** **4.6.) Decadência dos direitos aos acréscimos:** Sem prejuízo do disposto acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.** **5.1.)** Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a: (i) fornecer ao Agente Fiduciário: (a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, acrescido de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, e relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros; (b) após o término do primeiro semestre de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo semestre, acrescido de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão; (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, com



alterações posteriores ("Instrução CVM nº 202/93"), nos prazos ali previstos; (d) até 3 (três) dias úteis após a data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembléia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópia de todas as atas das assembléias geral e reuniões do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal; (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) dias úteis da data em que forem publicados; (f) em até 3 (três) dias úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; e (g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2.1 acima, na mesma data em que ocorrerem; (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais; (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, devidamente auditadas; (iv) convocar, nos termos da Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça; (v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela referida Autarquia; (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada perante a CVM; (vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado; (viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço; (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; (x) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nos negócios da Emissora, nas condições financeiras, ou outras, que (a) possam impossibilitar ou dificultar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, e (b) façam com que as Demonstrações Financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não reflitam a real condição financeira da Emissora; (xi) manter todos seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados; (xii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures desde

que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão; (xiii) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas; (xiv) envidar seus melhores esforços para manter válidos e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora; (xv) envidar seus melhores esforços para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas; (xvi) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora; (xvii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento, inclusive com relação a dívidas parceladas, de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal; (xviii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; e (xix) manter o imóvel, com exceção da penhora constituída em função do Auto de Penhora e Depósito lavrado nos autos da Carta Precatória nº 1111/05, sempre livre e desembaraçado de qualquer ônus, dívida, imposto territorial e outros gravames de qualquer natureza. **CLÁUSULA SEXTA - DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA.** 6.1.) A Emissora neste ato declara e garante que:

(i) não tem ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; (ii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social; (iii) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura de Emissão de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários e obtidas todas as autorizações necessárias para tanto; (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; (v) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições e a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das



obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (vi) a celebração da Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela estabelecidas, bem como a emissão e a colocação das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ou ordem, ou sentença, ou decisão administrativa, ou judicial, ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, contrato ou obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou suas controladas, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou suas controladas; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (vii) as demonstrações financeiras representam corretamente a posição financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora; e (viii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão. 6.2.) A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 6.1. acima. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO.** 7.1.) **Nomeação.** 7.1.1.) A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. 7.2.) **Declaração.** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara: (i) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, com alterações posteriores ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado; (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo, integralmente, os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão; (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições; (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; (v) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigação aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários

para tanto; (vi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; (vii) que não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e (viii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão. 7.3.) **Deveres do Agente Fiduciário.** 7.3.1.) Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM: (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens; (ii) renunciar à função na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão; (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários; (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou equívocos constantes de tais informações; (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures; (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real, bem como o valor do imóvel dado em garantia; observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; (ix) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação; (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede ou estabelecimento principal da Emissora; (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora; (xii) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 03 (três) vezes; (xiii) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas; (xiv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º,



inciso "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias, na Emissora, ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) resgate, amortização e pagamento de juros remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) constituição e aplicações do fundo de amortização de Debêntures, quando for o caso; (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através desta Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia Emissora; (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e (k) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão; **(xv)** colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; (c) na CVM; e (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; **(xvi)** publicar, a expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "xv" deste item 7.3.1; **(xviii)** manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais; **(xix)** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora; **(xx)** notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor: (a) à CVM; e (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; **(xxi)** No caso de inadimplemento da Emissora, de acordo com a Instrução CVM nº 28/83, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto: (a) declarar, observadas

as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar os seus valores de principal e acessórios; (b) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos Debenturistas; (c) requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais; (d) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos; (e) representar os Debenturistas em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; **(xxii)** verificar a ocorrência de quaisquer das hipóteses dos eventos de vencimento antecipado determinados no item 4.2.1 desta Escritura de Emissão; **(xxiii)** verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função da garantia real oferecida; **(xxiv)** se for o caso, coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas; **(xxv)** administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76; e **(xxvi)** atender a notificação da Companhia e efetuar a amortização antecipada facultativa, conforme o item 4.3.7.4.) **Remuneração do Agente Fiduciário.** Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, remuneração paga da seguinte forma: **7.4.1.)** Parcelas anuais de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), sendo devida a 1ª (primeira) parcela no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes. **7.4.2.)** A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de débitos da Emissora não sanados, nos termos desta Escritura de Emissão. **7.4.3.)** A remuneração do Agente Fiduciário será, a partir da data do primeiro pagamento de honorários, atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no respectivo período ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, calculada *pro-rata die*, se necessário. **7.4.4.)** A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação pela Emissora e desde que as referidas despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas. **7.4.5.)** A remuneração do Agente Fiduciário



será acrescida dos seguintes tributos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento. 7.4.6.) No caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custos e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência. 7.5.) **Substituição. 7.5.1.)** Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, conforme o disposto no item 8.1. abaixo, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, podendo a CVM nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. 7.5.2.) Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. 7.5.3.) Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição. 7.5.4.) É

facultado aos Debenturistas proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. 7.5.5.) A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores. 7.5.6.) A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, devendo ser registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. 7.5.7.) O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, no caso do Agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor. 7.5.8.) Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emitidos pela CVM. 7.6.) **Despesas do Agente Fiduciário.** 7.6.1.) A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos. 7.6.2.) O ressarcimento a que se refere este item 7.6. será efetuado em até 3 (três) dias úteis, e será depositado em conta-corrente a ser fornecida pelo Agente Fiduciário, após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures. 7.6.3.) As despesas a que se refere este item 7.6. compreenderão, inclusive, as seguintes: (i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) eventuais levantamentos adicionais e especiais, ou perícias, que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e (iv) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções. 7.6.4.) O crédito do Agente Fiduciário, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 7.6., será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, na forma do §5º, artigo 68, da Lei nº 6.404/76.

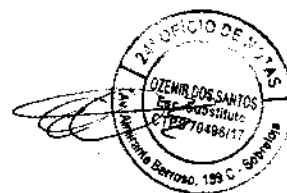
CLÁUSULA OITAVA - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS. 8.1.)

Convocação. 8.1.1.) Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas ("Assembléia de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A



Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. 8.1.2.) A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deva efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. 8.1.3.) As Assembléias de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data de sua realização. A Assembléia de Debenturistas em segunda convocação somente poderá realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia de Debenturistas em primeira convocação. 8.1.4.) Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembléia de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação. 8.1.5) As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia de Debenturistas. 8.2.) **Quorum de Instalação.** 8.2.1.) A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas. 8.2.2) Para efeito de constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia de Debenturistas previsto nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de suas controladas diretas ou indiretas e/ou administradores da Emissora. 8.3.) **Mesa Diretora.** A presidência da Assembléia de Debenturistas caberá a Debenturista ou, ainda, a advogado, ou ao Agente Fiduciário, conforme indicação da maioria dos Debenturistas presentes, ou àquele que for designado pela CVM. 8.4.) **Quorum de Deliberação.** 8.4.1.) Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais. 8.4.2.) As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, inclusive aquelas deliberações que impliquem modificação

nas condições das Debêntures, com exceção do disposto no item 3.17.6. **CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS.** 9.1.) Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. 9.2.) As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade. 9.3.) A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere. 9.4.) Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito. 9.5.) Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão, da constituição da garantia nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora. **CLÁUSULA DÉCIMA - LEI APLICÁVEL E FORO ARBITRAL.** 10.1.) A Escritura de Emissão -- e seus respectivos Aditamentos -- será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. 10.2.) Arbitragem. As Partes convencionam a presente cláusula compromissória, obrigando-se a submeter qualquer dúvida ou litígio decorrente, direta ou indiretamente do disposto na presente Escritura, à Câmara de Arbitragem do



Mercado, da Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa ("Câmara"), que terá competência originária e exclusiva para proceder à arbitragem dos referidos conflitos. A arbitragem, que será realizada na cidade de São Paulo e na língua portuguesa, obedecerá a todas as previsões do Regulamento da citada Câmara. 10.2.1) As Partes declaram ter conhecimento do inteiro teor do regulamento da Câmara, reconhecendo, desde já e expressamente, sua plena aplicabilidade, bem como se comprometem a respeitar suas disposições, sem qualquer impugnação quanto a sua validade e efeitos. 10.2.1.1.) Cada uma das Partes poderá indicar um árbitro, que integre ou não o quadro de árbitros da Câmara, cabendo aos indicados a eleição do terceiro árbitro para a composição da comissão de arbitragem ("Comissão de Arbitragem"), convencionando-se que o último assumirá a Presidência da Comissão de Arbitragem. 10.2.1.2.) A decisão proferida pela Comissão de Arbitragem será considerada definitiva e irrecorrível pelas Partes. 10.2.1.3.) A recusa de qualquer das Partes em se submeter à decisão consubstanciada na sentença arbitral será reputada como infração daquela parte às obrigações aqui assumidas, podendo, além de ensejar a aplicação das penalidades respectivas, acarretar responsabilidade pelos danos decorrentes do não acatamento da decisão. 10.2.1.4.) Todas as despesas decorrentes da submissão da divergência à arbitragem serão arcadas por aquele que sucumbir ao final da decisão, incluindo-se honorários devidos aos advogados da parte vencedora, a serem fixados em montante não inferior a 10% sobre o valor do litígio. Na hipótese de decisão parcialmente favorável às Partes, as despesas serão rateadas proporcionalmente entre elas. 10.2.2.) As Partes somente poderão submeter ao Poder Judiciário litígios relacionados a: (i) medidas de urgência destinadas a assegurar a aplicação de uma decisão da Comissão Arbitral, observando-se o disposto no item 11 do Regulamento da Câmara; e (ii) execução da sentença arbitral, elegendo-se exclusivamente para a finalidade desta Cláusula o foro da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça de São Paulo. As Partes desde já acordam que no caso de tal procedimento arbitral ser iniciado contra alguma delas surgindo ou dizendo respeito a este Contrato, nenhuma objeção a tal procedimento deverá ser alegada por elas ou em seu nome ou no que diz respeito a suas propriedades, ativos ou receitas. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - POSSIBILIDADE DE RESCISÃO.** 11.1) Caso não haja o trânsito em julgado, mediante a homologação, pelo Juízo da 3ª Vara Federal da Capital do Estado de São Paulo, nos autos do processo nº 2004.61.00.018435-0, do acordo refletindo os termos e condições não menos favoráveis a Companhia que aquelas indicadas no Anexo 4.1.(r) do Acordo

de Investimento, no prazo de até 01 (um) ano, contado da Data do Fechamento, as Partes, no prazo adicional de 60 (sessenta) dias, deverão envidar seus máximos esforços para que sejam tomadas todas e quaisquer providências perante o Juízo, o BNDES e demais terceiros, conforme o caso, visando à obtenção da homologação do acordo aqui mencionado. Decorrido o prazo adicional e sem que o acordo tenha sido devidamente homologado, em condições não menos favoráveis a Companhia que aquelas indicadas no Anexo 4.1.(r), o acordo, bem como os seus efeitos, poderá, a critério da HH II S/A, ser rescindido de pleno direito, mediante notificação as Partes, deixando de produzir os seus efeitos desde a Data do Fechamento. Em caso de rescisão do Acordo de Investimento, as Partes se obrigam a reverter todos os atos passíveis de reversão previstos nesta Escritura. As Partes ainda se obrigam a promover seus melhores esforços para encontrar uma solução juridicamente possível para possibilitar a referida reversão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. DEFINIÇÕES.

12.1) Todo e qualquer termo definido não expressamente especificado nesta cláusula terá o mesmo significado da Definição expressa no Acordo de Investimento. Para fins desta Escritura os termos em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

12.2.) "Troca de Controle" significa qualquer operação que resulte na impossibilidade do Grupo Controlador de HH II PT S.A. de (a) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia ou (b) de participar, majoritariamente, do Bloco de Controle do qual, eventualmente, o Grupo Controlador de HH II PT S.A. integre, salvo: (i) operações societárias com controladas, coligadas ou sob controle comum do Grupo Controlador de HH II PT S.A. ou da Companhia; e (ii) associação, fusão, cisão ou incorporação da HH II PT S.A. ou da Companhia em que estejam envolvidas outras sociedades que exerçam atividade no Brasil relacionada a parques de diversões.

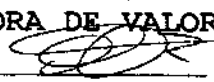
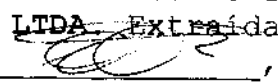
12.3.) "Bloco de Controle" significa todo e qualquer acordo ou disposição de voto ou direito que assegure a eleição da maioria da administração de uma pessoa jurídica, inclusive a Companhia.

12.4.) "Grupo Controlador de HH II PT S.A." significa o conjunto de acionistas ou cotistas, na Data de Fechamento, que, em qualquer combinação, forme um Bloco de Controle em relação a HH II PT S.A. e seus controladores, diretos e indiretos. O Grupo Controlador de HH II PT S.A. será formado, na Data de Fechamento, por sócios, diretos e/ou indiretos, da íntegra Assessoria em Negócios Ltda.

12.5.) "Perdas" são perda, dano, custo ou despesa (inclusive honorários advocatícios, custas judiciais ou quaisquer outros custos relacionados), que seja efetivamente incorrida pela Companhia ou HH II PT S.A., que resulte de uma



Contingência.12.6.) "Contingência" significa contingências não cobertas por suficiente provisão em dinheiro ou depósito judicial ou penhora em dinheiro (encontrando-se tais provisões, depósitos e penhoras listadas no Anexo 8.1 do Acordo de Investimento), resultantes de eventos ocorridos antes da Data do Fechamento ou eventos ocorridos após a Data do Fechamento, mas com origem em evento anteriores à Data do Fechamento, que se tornarem conhecidas durante o período de 6 (seis) anos contados da Data de Fechamento. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. CONCLUSÃO.**

13.1) Por todos me foi dito que aceitavam a presente nos termos em que está redigida, obrigando-se a cumprir as exigências necessárias ao seu registro no local de situação dos bens acima referidos. Deixa de ser apresentada Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias (CND - INSS) e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND - RF). Feita e lhes sendo lida esta escritura, foi achada em tudo conforme, as partes aceitam e assinam. Emitida DOI, conforme I.N 163 da SRF, de 23/12/199, publicada no DOU de 28/12/1999. ASSIM DISSERAM e me pediram este instrumento que lhes sendo lido em voz alta e clara, aceitaram e assinam dispensando a presença de testemunhas. As custas devidas pela lavratura desta escritura no valor de R\$514,49 1(Tab. 07, 1, I) + R\$ 2,73(Informática - Tab. 01, 9) + R\$ 3,65 (Microfilmagem - Tab. 01, 7) + R\$ 8,38(Comunicações ao Distribuidor e DOI - Tab. 01, 06)) R\$ 5,46(2 inf.Comunicações - Tab.01, 9) + 2,73 (gravação eletrônica - Tab. 01, 10) 38,34 (arquivamento - Tab.02, 01) **SUBTOTAL R\$579,54** + R\$ 115,90 (20% do FETJ) + R\$ 28,97 (5% FUNDPERJ)+ R\$ 28,97 (5% FUNPERJ)R\$ 8,15(Mútua dos Magistrados , Acoterj e Anoreg). Eu, **WAGNER DE SOUZA NUNES**, Escrevente Autorizado, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. **HOPI HARI S.A. SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA**. Extraída nesta data por mim . E eu, , subscrevo e assino.



